

**QUANDO A POLÍTICA LINGUÍSTICA SAI À RUA: ANÁLISE DE UM FÓRUM DE DISCUSSÃO ACERCA DO ACORDO ORTOGRÁFICO**

Sílvia MELO-PFEIFER<sup>1</sup>

**RESUMO**

Procuraremos evidenciar como os fóruns de discussão, nomeadamente da imprensa *online*, são espaços de circulação e de co-construção de representações acerca da Política Linguística (PL), de forma geral, e do actual acordo ortográfico, mais especificamente, podendo ser utilizados, do ponto de vista da investigação e da Análise do Discurso, para diagnosticar e compreender o entendimento público da PL.

Apresentaremos e sintetizaremos os principais argumentos contra e a favor do acordo ortográfico apresentados pelos participantes no fórum de discussão do jornal Público e destacaremos, com base nas neles, os elementos de cultura linguística que estes sujeitos revelam ao nível das atitudes e representações, dos conhecimentos e dos comportamentos.

A análise desenvolvida permitir-nos-á lançar pistas de desenvolvimento do presente trabalho, traçando as linhas gerais de um programa de investigação para compreender o entendimento público da PL e do impacto do acordo ortográfico no espaço lusófono, recorrendo a metodologias de análise da Análise do Discurso), assim como contribuir para a conceptualização da PL enquanto espaço público de participação cidadã, favorecida pela crescente utilização e domínio de ferramentas de comunicação na Internet.

**PALAVRAS-CHAVE**

política linguística; cultura linguística; representação social; acordo ortográfico; fórum de discussão.

**INTRODUÇÃO**

O título da nossa intervenção estabelece uma relação de intertextualidade com uma canção bem conhecida de todos os portugueses : “A morte saiu à rua” (letra e música de Zeca Afonso). É uma canção de intervenção. É por ser uma canção de intervenção, no

---

<sup>1</sup> CIDTFF – Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa, Universidade de Aveiro, 3810 Aveiro (Portugal) smelo@ua.pt.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

sentido político-social do termo, que a escolhemos, por considerarmos que os fóruns de discussão podem ser hoje considerados com um espaço público de intervenção. E esse espaço público pode, concomitantemente, ser considerado um espaço discursivo em que circulam as imagens e representações dos cidadãos acerca dos mais diversos temas, sobretudo dos considerados polémicos. O “entendimento público” de diversos assuntos circula, portanto, nos espaços electrónicos, como os “fóruns de discussão” que tomámos como objecto de estudo para esta contribuição, onde o leitor anónimo pode contribuir para a construção de uma opinião pública e, simultanea e paradoxalmente, agindo sobre ela. Tendo o Acordo Ortográfico (AO) suscitado acesos debates e polémicas em diversos órgãos de comunicação social (rádio, televisão, jornais, ...), pensamos que este texto permitirá conhecer as representações sociais acerca desse processo. Na verdade, tratou-se (e trata-se) de uma controvérsia pública, de base sociolinguística, linguística, didáctica e política, que, tendo importantes repercussões na sociedade, requer uma maior compreensão por parte do público, tornando o debate mais crítico e interventivo.

Assim, o conjunto de representações sociais acerca da política conduzida pelos Estados no sentido de conformar o uso da língua, fixando o vocabulário, as regras gramaticais ou a ortografia (enquanto sectores da realidade linguística), constitui-se enquanto entendimento público da PL e é um importante indicador da Cultura Linguística dos cidadãos, no momento estudado (atendendo a uma noção dinâmica do termo cultura).

### **A POLÍTICA LINGUÍSTICA SAI À RUA...**

A CL dos cidadãos, enquanto conhecimentos acerca das Línguas e das realidades linguísticas (SIMÕES, 2006; ver ainda FEYTOR PINTO, 2008), tem um forte impacto

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

na forma como o conhecimento linguístico circula, é aceite, rejeitado e/ou debatido. Dialecticamente, este debate público concorre para transformar a CL em três vertentes: os comportamentos, as representações e os conhecimento (tácito e explícito) (idem).

Ao nível das representações que constituem a CL, essas dizem respeito às investigações ao nível das diferentes Ciências da Língua e, mais especificamente, da PL, às línguas<sup>2</sup> e, relativamente ao tema desta contribuição, ao AO. Entenderemos representação social como “un ensemble d’opinions, d’attitudes, de croyances et d’informations se référant à un objet ou à une situation” (ABRIC, 1989). No caso que aqui nos ocupa, esse objecto será o AO e o processo da sua implementação.

A necessidade de ter em conta as representações da PL dos públicos envolvidos deve-se ao facto de, como refere T. Ricento, “ideologies about language generally and specific languages in particular have real effects on language policies and practices, and delimit to a large extent what is and is not possible in the realm of language planning and policy-making” (2006: 9; ver também CAVALLI, 1997). Sendo a política linguística “a intervenção in vitro sobre as situações linguísticas” (FEYTOR PINTO, 2008, 25, a partir de CALVET, 1999) ou, como refere Calvet, “une forme civile de la guerre des langues” (1987), ela é orientada para a acção, através da planificação e da legislação.

A Análise do Discurso (AD) emerge, assim, como forma de acesso e de compreensão a essas representações, nomeadamente quando se lhes pretende aceder através de uma abordagem compreensiva, que toma o discurso, “objet socio-historiquement situé et adressé” (CUQ, 2003, 73) como objecto de análise.

Na verdade, a AD, como disciplina multifacetada de estudo sistémico do discurso enquanto realidade social co-construída, que dialoga com correntes diversas, elas

---

<sup>2</sup> Acerca de imagens das línguas, ver, por exemplo, Andrade *et al* (2007) e Pinto (2005).

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

também heterogéneas (BOUTET & MAINGENEAU, 2005; MAINGUENEAU, 2005), assume-se como domínio de investigação e prática social, de natureza observativa, explicativa e interventiva-participativa, pela forma como toma as diferentes realidades discursivas como objectos de análise e as tenta tornar mais perceptíveis e compreensíveis, através da explicitação das suas engrenagens e arenas linguísticas, pragmáticas, sociais, políticas e outras<sup>3</sup>. Neste sentido, a AD tem-se inclinado para uma análise crítica do discurso, identificando produtos e processos de alterações sociais (como a mutação dos próprios textos e das investigações que sobre eles se desenvolvem<sup>4</sup>) e caracterizando-se, deste modo, pela sua “realist social ontology” (FAIRCLOUGH, 2005, 76). Assim, a AD, debruçando-se sobre a dinâmica social das línguas e da linguagem, parece-nos como ferramenta teórica e metodológica capaz de dar conta da circulação, negociação e transformação das representações sociais nos discursos, dadas as funções semióticas, comunicativas e argumentativas que tais representações assumem (MELO, 2006).

Na secção seguinte, veremos que os fóruns de discussão podem dar conta de como os indivíduos interpretam e interagem *sobre* e *com* o conhecimento em geral, sendo um processo-produto discursivo interessante, da perspectiva da AD, para ter acesso e compreender o entendimento público acerca de diferentes aspectos.

---

<sup>3</sup> Neste sentido, a AD aproxima-se da Sociolinguística (ver BOUTET & MAINGENOT, 2005, para uma reflexão crítica acerca dos campos de estudo das duas disciplinas, das suas aproximações e afastamentos).

<sup>4</sup> A este propósito afirma D. Maingueneau « en analyse du discours comme ailleurs, la transformation des modes de communication a modifié en profondeur les conditions d'exercice de la recherche » ( 2005, 65). Atrevemo-nos a dizer que o presente texto é um exemplo fiel destas evoluções e alterações.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

### **... E VAI AOS FÓRUNS**

Os meios de comunicação incorporados na Web 2.0 têm feito disparar os locais de debate acerca dos mais variados assuntos, tornando-se espaços de “parole citoyenne” (MARCOCCIA, 2003a). Neste contexto, também os tradicionais meios de comunicação se esforçaram por integrar instrumentos de interacção com os seus públicos, geralmente assumindo, no caso da imprensa escrita – recém imigrada para a arena da Internet (em formato de *blended publishing*) –, da incorporação de fóruns de discussão ou de painéis de debate entre os leitores sob forma de comentários.

O fórum de discussão, “polylogue discontinu médiatisé par ordinateur” (MARCOCCIA, 2003b), é uma forma de interacção assíncrona (que não depende da presença simultânea dos interlocutores *on-line*). Trata-se de um género electrónico que, seguindo F. Mangenot, possui duas características particularmente interessantes: o carácter assíncrono e a permanência das interacções (2005). O primeiro possibilita as respostas em diferido e o segundo confere às intervenções um carácter dinâmico, em permanente enriquecimento, uma vez que possibilita uma discussão contínua acerca dos tópicos em torno dos quais se organiza. O mesmo autor acrescenta que é, pois, possível falar de “extériorisation et de partage de la cognition” (2005) e distingue 4 características que considera serem os traços tipológicos deste género discursivo: o facto de se tratar de uma interacção escrita, assíncrona, pública e estruturada.

No domínio que nos interessa (os fóruns de discussão como espaços de circulação de representações sociais), é precisamente o carácter público e estruturado destas interacções que convém especificar. Na verdade, uma das características mais marcantes do fórum é, como notam diversos autores, a natureza pública das suas intervenções:

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

todas elas ficam registadas e podem ser acedidas por todos os participantes inscritos ou visitantes (MANGENOT, 2005; MARCOCCIA, 2003b), podendo ser considerada uma “communication interpersonnelle de masse” (idem: 19). Este mesmo autor sintetiza esta característica explicitando que “dans un forum de discussion, il est impossible de sélectionner un destinataire. Toute intervention est « publique », lisible par tous les participants au forum, même si elle se présente comme la réaction à une intervention initiative particulière. L’apparté est impossible : le polylogue est la forme habituelle du forum et le multi-adresse en est la norme” (1998, 17). Neste sentido, se os fóruns se caracterizam pela natureza pública das suas intervenções, geralmente em torno de temas susceptíveis de gerarem polémica, a frequência de intervenções de carácter argumentativo é bastante elevada.

Compreendemos, de todo o exposto, como os fóruns de discussão se podem consubstanciar em espaços privilegiados de análise de emergência e de negociação de representações acerca de temas variados. É precisamente o que nota Marcoccia em dois trabalhos em que analisa o “parler politique” neste tipo de interações (2003) ou ainda o carácter argumentativo das interações acerca da imigração em França (1997). Nestes trabalhos, o autor descreve os fóruns de discussão como espaços que permitem aos cidadãos participar nos debates públicos, sem serem especialistas, definindo *o que* e *como* querem discutir, redefinindo, talhando e reorientando os fios das discussões e mesmo a “agenda” político-social imposta pelos media: “les forums de discussion favoriseraient l’émergence de nouvelles modalités de prise de parole [politique] par des « citoyens profanes »” (MARCOCCIA, 2003a, 10).

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

### **ESTUDO EMPÍRICO: DESIGN METODOLÓGICO**

Os media devem, actualmente, ser entendidos como mediadores entre os cientistas/investigadores das diversas áreas e os seus públicos. Neste sentido, seleccionámos um *corpus* que nos permite analisar a forma como o público participa na discussão científica, de carácter linguístico, indo além do seu tradicional papel de receptor das notícias, alargando-o ao de comentador crítico.

#### **Apresentação e descrição do corpus**

O nosso *corpus* é constituído por 35 mensagens escritas<sup>5</sup> em que os leitores manifestam a sua opinião acerca do conteúdo da notícia “Movimento contra o Acordo Ortográfico” (Jornal Público, 2 de Junho de 2008) e das intervenções dos outros participantes, de forma específica. A tabela seguinte dá conta do nome dos participantes, do número de mensagens por cada um e a sua identidade argumentativa (isto é, o seu posicionamento favorável ou desfavorável em relação ao objecto de debate), de modo a evidenciar o tipo e o grau de envolvimento dos sujeitos neste debate público :

<i>Nome do interlocutor<sup>6</sup> e proveniência</i>	<i>Número de mensagens</i>	<i>Identidade argumentativa</i>
Betty (LX)	1	Contra
João Santos (Guarda)	1	A favor
ROLF (Setúbal)	1	A favor
Pedro (LX)	8	A favor
Duarte (Porto)	3	Contra
Ana (LX)	1	Contra
Anónimo1 (LX)	1	Contra
Anónimo2 (Porto)	1	Indefinido

<sup>5</sup> As mensagens são transcritas, no âmbito da nossa análise, com a sua ortografia original. As especificidades discursivas do fórum, assim como os critérios de publicação, encontram-se disponíveis em <http://static.publico.clix.pt/homepage/nos/criteriosPublicacaoComentarios.aspx>. Relembramos que o dispositivo técnico sendo, portanto, o cenário da interação e o instrumento que a possibilita.

<sup>6</sup> Por ordem de entrada no fórum.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

Henrique	1	Contra
Raúl (Macau)	1	Contra
Anónimo3 (Porto)	1	Contra
Bárbara (Albufeira)	1	Contra
Ana (LX)	1	Contra
Helder (Porto)	4	Contra
Anónimo4 (LX)	1	A favor
Patrícia (Porto)	1	A favor
José (Lagos)	1	Contra
Anónimo5 (LX)	1	A favor
Mário (S. Paulo)	1	A favor
Auremácio (Cuiabá)	1	A favor
João (LX)	1	A favor
João (Bratislava)	1	A favor
Fernando (Vila Nova de Gaia)	1	Contra

*Tabela 1 – Quadro participativo do fórum de discussão.*

Uma primeira observação prende-se com a elevada participação de um dos leitores-comentadores, que parece dominar o território discursivo (Pedro de Lisboa). Uma segunda observação prende-se com o carácter internacional deste fórum de discussão, em que estão representados (ou pelo menos mencionados) 4 países.

### **Design metodológico e categorias de análise**

Muitos dos estudos acerca da relação dos sujeitos com as ciências são de natureza quantitativa e extensivos (MARTINS, 2003). Propomo-nos, ao invés, realizar um estudo de caso qualitativo e intensivo, baseado na AD, uma vez que nos parece uma metodologia de observação mais pertinente, não só para analisar o *corpus* que nos propoemos, como também para analisar a dinâmica discursiva das representações sociais, adoptando uma abordagem socio-construtivista. Neste sentido, o nosso estudo reveste-se de características de investigação etnográfica uma vez que o nosso trabalho “is concerned with the community’s own point of view about such matters [activities



## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

(...) in defining language relationships]” (CANAGARAJAH, 2006, 153) e nos debruçamos sobre um “micro-level of interpersonal relationships, conversation and everyday life” (idem).

Tendo em conta que nos debruçaremos sobre o AO, em fase de discussão e de aplicação, decidimos analisar o respectivo fórum em torno de cinco categorias que emergem da nossa leitura dos dados, e não de qualquer categorização prévia:

<i>Categorias de argumentos</i>	<i>Descritores</i>
Político-económicos	Subserviência de Portugal em relação aos interesses brasileiros, valor económico do Acordo Ortográfico
Linguísticos	Evolução diacrónica da língua, ecológica do desenvolvimento das línguas, variantes e variedades do Português, referências à ortografia e ao léxico, linguagem e internet, corecção/incorreção
Política linguística	Número de falantes, PALOP, internacionalização da língua, referendo, actual política do PLE
Utilidade	Intercompreensão entre falantes, internacionalização
Identitários	A língua como identidade, língua como património, unidade e diversidade, língua como reflexo histórico

*Tabela 2 – Categorias de análise.*

A a nossa análise centrar-se-á no discurso epilinguístico dos leitores alusivos ao AO (FEYTOR PINTO, 2008, 28). Para tal, recorreremos a um recorte das intervenções dos locutores, em “unidades de registo” de forma a separar os diferentes argumentos e a sua intricação no discurso. Entende-se por “unidade de registo” a “unidade de significação a codificar e que corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base” (PINTO, 2005, 100, a partir de BARDIN, 1988). Trata-se de uma metodologia comum na AD e mais precisamente na Análise de Conteúdo que permite contabilizar a

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

totalidade de ocorrências das diferentes categorias e sub-categorias, sendo útil para conciliar, como faremos, uma análise quantitativa e qualitativa<sup>7</sup>.

### **“ESSES PAÍSES TODOS FALAM O «NOSSO» PORTUGUÊS”: O ACORDO ORTOGRÁFICO COMO OBJECTO DISCURSIVO**

O que nos interessará, na nossa análise, não é tanto o que o AO é, mas a forma como ele é vislumbrado, desenhado e debatido, ou seja, o seu estatuto de “objecto de discurso” (MONDADA, 2005). Neste sentido, não nos compete neste texto descrever os aspectos formais de que se reveste este acordo (remeto, a este propósito, para o documento “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”<sup>8</sup>), mas os debates linguísticos e ideológicos que produz, porquanto, como veremos, se trata sobretudo de um entendimento do seu prestígio e do seu poder simbólico que está em causa (JOHNSON, 2004).

A primeira análise que se nos impõe é a distribuição quantitativa dos diferentes segmentos argumentativos pelas categorias e sub-categorias apresentadas anterior e pelo posicionamento favorável ou desfavorável em relação ao AO:

<i>Categorias de argumentos</i>	<i>A favor</i>	<i>Contra</i>	<i>Total</i>
Linguísticos	20	21	41
Política linguística	10	11	21
Identitários	6	6	12
Político-económicos	7	1	8
Utilidade	1	4	5

*Tabela 3 – Distribuição dos argumentos*

Uma primeira observação prende-se com o grande equilíbrio em termos da quantidade de argumentos e da sua distribuição pelas nossas categorias de análise (sobretudo em

<sup>7</sup> Ver Wodak (2006) para uma revisão das metodologias de análise linguística (de textos e de discursos vários, onde se inclui a conversação) das políticas linguísticas.

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog90.pdf>. A página portuguesa da Wikipedia também está bastante completa no sentido de descrever o presente acordo, assim como os argumentos a favor e contra ele.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

termo das duas principais categorias). Neste sentido, e para dar conta das especificidades dos dois grupos, faremos fazer uma leitura de cada uma das categorias, de modo a tornar mais claro de que matérias de CL são feitos estes argumentos.

Os **argumentos linguísticos** são os mais evocados pelos dois lados da contenda e assentam sobretudo em argumentos relativos à evolução diacrónica da língua. A história das línguas, em geral, e da Língua Portuguesa, em particular, fornece argumentos em favor da manutenção da ortografia, sendo esta considerada o estandarte da história do idioma, nomeadamente das suas raízes latinas (“Claro que o Latim substrato das línguas latinas é coisa menor, aliás hoje nem os padres lhe dedicam muita atenção”, Helder), dando conta da sua evolução, da sua complexidade e da forma como vive através de distintas variedades, devido ao seu contacto histórico com outras realidades: “As línguas desencontraram-se por factos históricos e assim devem de ser manter. É isso que faz o português uma língua tão variada e bonita” (Duarte).

Todavia, a evolução diacrónica favorece também argumentos aos defensores do AO, que nele vêem uma oportunidade de aproximação entre as diferentes variedades do português e de oficialização de processos linguísticos que têm vindo a acontecer (como os empréstimos). Além disso, outras reformas foram já feitas (“Os portugueses do séc XIX também grafavam «pharmacia», «telephone», «sciência», etc”, Pedro) e o AO trata apenas uma faceta da língua e que esta, em si, continuará inalterada.

Com uma relação bastante próxima destes argumentos diacrónicos, encontram-se argumentos relativos às variedades do Português e, por isso, da evolução sincrónica da Língua Portuguesa. A este respeito, os defensores do “não” creem que o AO, ao aproximar-se na norma brasileira, descaracteriza a norma de Portugal. Do outro lado, os apoiantes do acordo relembram que este se trata “apenas” de uma questão de grafia que

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

aproxima duas “versões” de uma mesma língua e que deve, por isso, ser encarada como um espaço de aproximação e não como um lugar de contendas. Nota-se, a respeito das variedades do Português, o que parece ser um equívoco entre o que pertence ao domínio do léxico e da ortografia e, neste sentido, a maioria dos argumentos esgrimidos refere-se a diferenças lexicais (“esférico” vs “bola”, “camiseta” vs “camisola”<sup>9</sup>) e a fenómenos de convergência e de divergência (o verbo “grafar”, por exemplo). De referir ainda que os defensores do “não” têm tendência a referir-se de forma depreciativa ao Português do Brasil, quer no que diz respeito à designação desta variedade (“divagando em português colorido, seja brasileiro”, Helder) quer na listagem de elementos lexicais e estruturas sintácticas (“tais como ônibus, planeamento, diz a ele ou a ela, estou falando”, Helder). No que diz respeito às referências à ortografia e ao léxico, reparamos que o AO é visto, por parte dos seus opositores, como um ataque à norma e ao correcto uso oral e escrito da Língua Portuguesa. Na verdade, é como se esta equipa do campo de batalha considerasse a ortografia como a única norma que rege o uso da língua (“Era obrigar toda a gente a falar e escrever Português como deve ser e pronto”, anónimo). A norma brasileira é considerada, ainda que de forma não explícita, como uma norma “errada”, facto que é denunciado por um dos defensores do acordo (“ninguém escreve ou fala mal português”, Patrícia). O recurso ao dicionário, como “bíblia da língua” é evocado como mediador das contendas lexicais, nomeadamente acerca do uso do verbo “grafar” (um dos opositores do acordo nega a sua validade, por esta dar conta do uso brasileiro).

O acordo é visto como produtor de uma “caldeirada ortográfica”, devido à forma como introduz alterações instantâneas à Língua Portuguesa, argumento debatido pelos

---

<sup>9</sup> Poderíamos também ver nestes argumentos a afirmação de que as alterações ortográficas são menores dadas as diferenças que vão continuar a existir e, assim, os leitores referem estes exemplos como marcas da identidade de cada uma das variedades.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

defensores, que denunciam os erros ortográficos dos seus opositores (“P.S. se louvas tanto a nossa língua, deverias saber que se escreve Jerónimos e não Gerónimos”, Pedro). As outras três categorias de argumentos linguísticos, embora sem ocorrências abundantes, deixam-nos vislumbrar um grupo de leitores atentos à “linguística moderna” (como lhe chama um dos comentadores), havendo lugar mesmo à apresentação de argumentos que revelam conhecimentos acerca de uma perspectiva ecológica das línguas: “O que ha que ver e que a lingua vive e como tal evolve e transforma-se e ate se reproduz tal e qual como um ser vivo.” (João).

Os leitores estão ainda conscientes das transformações das línguas quando em contacto com novas realidades, como seja a Internet ou o uso do Telemóvel (“Mas há ainda aqueles que hoje devido aos «SMS» até inventaram um novo vocabulário que até é giro e sem dúvida apreciados pelos «caras»”), e reconhecem que o uso e a valoração pessoal, social e histórica das realidades linguísticas (“Deviam saber, que um dos conceitos básicos da linguística moderna é que o «correcto» e o «incorrecto» é meramente uma questão de perspectiva”), são sujeitas e avaliadas de acordo com o “seu” tempo.

Em relação aos **argumentos alusivos à política linguística**, três ordens de argumentos merecem o nosso destaque: o número de falantes, a necessidade de internacionalização da língua e a percepção de uma PL para o Português são evocados pelas duas partes.

O argumento numérico revela que os sujeitos de ambas as partes o vêem como secundário, não o considerando válido para “impor” regras da maioria (entenda-se, do Brasil) à minoria (leia-se Portugal). A evocação de números revela ainda desconhecimento acerca de outras variedades de Português para além da Brasileira, porquanto se afirma que “somos 50 milhões, pq Angola, Moçambique e esses países todos falam o «nosso» português” (repare-se, desta feita, a associação entre ortografia e

**Comentário [ALNdO1]:** Pergunto-me se aqui o “problemático” não poderá ser confuso... poder-se-ia entender como problemático, no sentido de acicatar a discussão entre os grupos, o que é contrário à ideia que queres passar... acho eu...

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

a variedade oral da língua). É por este motivo que, por falta de desconhecimento das discussões acerca do AO nos países do PALOP, um dos leitores se insurge contra a sua falta de voz nesta discussão: “E os nossos irmãos africanos? Não têm nada a dizer? Que tipo de homogenização é esta?”. Acerca deste argumento, afloram ainda duas referências ao passado colonial de Portugal e de ex-colónias dos restantes países lusófonos: a ideologia subjacente é de que Portugal, como “pátria mãe” da Língua Portuguesa, não deveria ser levado por questões de superioridade numérica, pois a ele lhe cabe zelar pelo (único) bom uso da língua.

Os argumentos em relação aos quais se verifica um maior desequilíbrio entre os grupos de interlocutores da nossa análise são os relativos à necessidade de internacionalizar a Língua Portuguesa, tornando-a, por exemplo, língua oficial de organismos internacionais. Estes argumentos são jogados apenas pelos defensores do acordo, tornando-se, de facto, na identidade discursiva deste grupo, que conta com o apoio das duas vozes brasileiras que nele participam: “O momento é de união para o bem da língua portuguesa, inclusive, tendo-a como língua oficial nos organismos internacionais”. Este argumento de internacionalização e dos benefícios que poderia acarretar é apenas contestado por um leitor, que vê neste tipo de discurso uma demagogia cheia apenas de estereótipos linguísticos e sem qualquer validade: “O que vejo é uma enorme dose de sofismas, tentando vender-nos a «internacionalização», a «dimensão económica» (ou será econômica), a «irmandade lusófona» e outros chavões, completamente ociosos” (Fernando).

Os argumentos relativos às orientações da actual política linguística são ambíguos: se os apoiantes do acordo concordam unanimemente em afirmar que a política linguística portuguesa é um fracasso ou inexistente, os seus delatores referem que uma língua não é

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

um objecto burocratizável, “Uma língua não pode nem deve evoluir por dec” (Anónimo), e deve ser vista como um assunto de Estado(s) em que os cidadãos devem ser chamados a participar (nomeadamente através de referendo).

O branqueamento identitário e o desenraizamento/descaracterização são os grandes **argumentos identitários** levados ao fórum pelos leitores que se manifestam contra o AO. Este branqueamento e desenraizamento estão directamente relacionados com a perda de terreno em relação ao Brasil (“isso e perder literalmente a nossa identidade e ficarmos a falar como os brasileiros (nao sou xenofobca!!!)”, Ana) e à conivência passiva de muitos portugueses (“o apoio servil de muitos portugueses”, José) perante o “esbulho do património Luso” (Anónimo). Assim, língua, identidade e património aparecem intimamente relacionados, sendo a língua considerada um elemento identitário, com quem os falantes se identificam, e um componente do património cultural, que é preciso preservar. Este argumento contra o AO assenta na correspondência língua-cultura e na afirmação de que as diferenças culturais deverão corresponder às actuais diferenças linguísticas (no caso, ortográficas). Trata-se de uma afirmação interessante e mesmo original no quadro deste fórum de discussão, que coloca as diferenças como marcadores identitários, ao mesmo nível das semelhanças existentes. Assim, a Língua Portuguesa é vista como uma, dentro da qual se inscrevem diferentes variedades, com características específicas, e o AO parece ser vislumbrado como ameaça a essa “diversidade na unidade”.

Neste sentido, os argumentos dos opositores do AO dividem-se em duas categorias: os que temem a descaracterização identitária dos portugueses, frente à “ameaça brasileira”, e os que vêem no AO uma descaracterização das diferentes variedades do Português e das culturas que lhes estão associadas.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

É precisamente este temor da descaracterização identitária que é repudiada e desvendada pelos apoiantes do AO: “Sejamos realistas, os que rejeitam, rejeitam, em parte, por se tratar do Brasil. De nos sujeitarmos ao que é «brasileiro»” (Anónimo) ou ainda “As palavras do sr. José Cabral vêm de facto mostrar a «careca» dos anti-acordo.. na verdade, esconde um profundo desagrado e desprezo pela cultura do país-irmão” (Pedro). É por este motivo que esta parte dos comentadores tende a ver nos comentários do movimento anti-AO uma manifestação nacionalista e racista e no AO uma oportunidade de aproximação, decerto simbólica, entre as duas comunidades (porque como afirmaram noutras ocasiões, as duas variedades linguísticas estão bastante próximas). É bastante interessante um comentário de um leitor brasileiro que, estabelecendo intertextualidade com a leitora Ana, cujo comentário anteriormente transcrevemos, explica que se trata, não de manter a diversidade na unidade, mas de manter a diversidade da igualdade, destacando, com este aparentemente pequeno “glissement sémantique”, que todas as variedades devem ser consideradas em igualdade, apesar das suas diferenças. Assim, o argumento da unidade da língua é substituído pelo dos direitos linguísticos de cada variedade (ou, nas nossas palavras, o direito à sua auto-determinação).

Os **argumentos político-económicos** são pouco variados e prendem-se com a denúncia da “subserviência” de Portugal em relação aos interesses políticos, económicos e culturais do Brasil. Se o argumento da “internacionalização” da Língua Portuguesa se constituía como identidade argumentativa do grupo defensor do AO, esta argumentação de cariz político-económica, favorecedora de uma posição hegemónica do Brasil em detrimento dos restantes países da lusofonia, parece ser o elo identitário do grupo que



## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

contra o AO se manifesta, a par das preocupações identitárias (que com estes argumentos político-económicos se ligam).

Os argumentos acerca da **utilidade do AO** são esgrimidos dos dois lados da contenda, mas por motivos de base distintos: os defensores creem-no útil para internacionalizar a Língua Portuguesa (em conformidade com o que já havíamos referido), em torno de três benefícios (“Aproximação. Oficialização. Estrutura”); os seus detractores consideram-no inútil por nada vir acrescentar ao já elevado grau de intercompreensão entre o Português de Portugal e do Brasil: “Afinal, é fundamental para quê e porquê? Ainda ninguém soube explicar, apresentando razões válidas. Por mim, acho que a comunidade lusófona sempre se entendeu muito bem, cada um falando e escrevendo a sua modalidade de português” (Ana). Mais uma vez, os argumentos relativos a este AO acabam por encaixar em elementos lexicais: “Sempre nos compreendemos. Vamos continuar a chamar de frigorífico e eles de geladeira, por isso é um acordo completamente desnecessário e completamente de atrasados mentais” (Duarte).

Podemos, portanto, concluir que as representações da utilidade do acordo variam em função dos lugares de onde se olha a Língua Portuguesa: se de um lugar comunicativo e de aproximação entre os seus falantes (para os opositores ao AO), se de um objecto de poder simbólico no mercado internacional (para os defensores do AO).

### **SÍNTESE E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO APRESENTADO**

A discussão em torno do AO é uma discussão acerca das representações acerca da PL, do valor económico e do prestígio histórico da Língua Portuguesa e da Lusofonia, em

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

que cada país parece ter diferentes pesos e medidas. Trata-se, por este motivo, de uma discussão sociolinguística que cruza argumentos ideológicos e linguísticos, saberes e representações, e onde se vislumbram, ainda que rarefeitos, argumentos relacionados com nacionalismo e colonização, colocando-se abertamente a questão da legitimidade e da legitimação do AO.

Podemos sintetizar, de acordo com as três dimensões da CL que evocámos na primeira parte deste trabalho, que é sobretudo ao nível das representações e dos conhecimentos que a compõem que podemos categorizar os argumentos avançados pelos leitores-comentadores-cidadãos.

Ao nível da **dimensão das atitudes e representações**, os sujeitos evidenciam imagens bastante favoráveis do Português, considerando-a, em diversos momentos, como rica (cultural e historicamente, sobretudo), diversa, complexa e com características que a particularizam. Por outro lado, evidenciam algum desamor pela variedade brasileira, que parece ser conotada com simplismo ortográfico, desrespeito pela norma (entenda-se aqui que a bitola será a norma de Portugal) e oportunismo sócio-económico e político, sendo-lhe atribuído um irónico “colorido”.

Ao nível da **dimensão dos conhecimentos**, os sujeitos parecem limitar os seus conhecimentos às variedades de Português de Portugal e do Brasil, estando as restantes comunidades lusófonas ausentes de qualquer comentário descritivo, não sendo também dado qualquer exemplo lexical. Na verdade, as variedades africanas são assimiladas a um “falam o nosso português”, que dá conta de uma homogeneização e silenciamento das suas propriedades distintivas. Por outro lado, os leitores revelaram ter alguns conhecimentos de evolução diacrónica e sincrónica da Língua Portuguesa, tendo sido evocada a origem latina do idioma e alguns exemplos de grafia antes do acordo anterior.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

Não obstante, parece ser visível alguma confusão entre os domínios da gramática, da ortografia e do léxico, assim como entre linguagem oral e escrita. Latente também é a avaliação de “errado” ou “incorrecto” atribuída a variedades outras que a portuguesa de Portugal, patente em expressões como “escrever como deve ser”, por exemplo. Na verdade, parece estar em causa a noção, aplicabilidade e domínios da “norma” e dos seus usos.

Ao nível da **dimensão comportamental**, podemos ainda dizer que o facto de alguns dos leitores se envolverem de forma tão regular, emotiva e argumentada, revela uma predisposição para a acção. Aliás, a participação neste fórum, por parte dos diferentes leitores, é já uma “acção” em si, que mostra que a política linguística é entendida numa vertente pragmática, que deve contar com a contribuição dos cidadãos. Entende-se, assim, que se trata de uma política linguística participativa.

Concluindo a análise das representações acerca do AO, pensamos, com P. Feytor Pinto, que se deverá aprofundar este estudo através de um diagnóstico mais completo da **“relação dos portugueses com a(s) variedade(s) brasileira(s) da língua portuguesa”** (2008, 272, negrito do autor), uma vez que aqui se evidenciou alguma ruptura simbólica entre as variedades de Portugal e do Brasil. Tendo em conta que o estudo de Simões (2006), evidenciou, por seu lado, representações bastante positivas da variedade brasileira junto de alunos do final da escolaridade básica, uma das perguntas que se poderá colocar poderá ser a das circunstâncias e dos factores que provocam a desagregação dos “laços de família”, isto é, quais são as forças de exclusão simbólica da variedade brasileira do imaginário linguístico favorável dos portugueses.

Consideramos ainda que será pertinente fazer um diagnóstico alargado dos conhecimentos e das atitudes e representações dos Portugueses face às variedades

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

africanas, já que o silenciamento que aqui diagnosticamos, assim como a sua assimilação a um “nosso” Português, nos dão indícios de desconhecimento das suas realidades linguísticas e da ecologia da lusofonia no mundo. Finalmente, consideramos que seria de levar a cabo um estudo exaustivo da compreensão pública da política linguística, enquanto componente da CL, em Portugal e nos diferentes países lusófonos, de forma a mostrar as diferentes percepções que os falantes têm da forma como são conduzidos os destinos de uma língua que é de todos.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, A. I.; ARAÚJO E SÁ, M. H. & MOREIRA, G. (2007). *Imagens das línguas e do plurilinguismo: princípios e sugestões. Cadernos do LALE*, Série Propostas, Aveiro, Universidade de Aveiro.

BOUTET, J. & MAINGUENEAU, D. (2005). “Sociolinguistique et analyse de discours: façons de dire, façons de faire”. In *Language et société*, 114 (15-47).

CALVET, L.-J. (1987). *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Hachette.

CANAGARAJAH, S. (2006). “Ethnographic Methods in Language Policy”. In T. Ricento (ed.), *An Introduction to Language Policy. Theory and Method*. Oxford: Blackwell Publishing (153-169).

CAVALLI, M. (1997). “Représentations sociales et politique linguistique. Le cas du Val d’Aoste”. In *TRANEL*, 27 (83-97).

CUQ, J. P. (dir.) (2003). *Dictionnaire de didactique du français*. Paris: Asdifle, CLE International (« Discours »).

FAIRCLOUGH, N. (2005). “Critical discourse analysis”. In *Marges Linguistiques*, 9 (76-94).

FEYTOR PINTO, P. (2008). *Política de Língua na Democracia Portuguesa (1974-2004)*. Dissertação de Doutoramento no Ramo de Estudos Portugueses. Especialidade de Política de Língua. Lisboa: Universidade Aberta.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 42 – O “Poder da palavra”: análise do discurso.

JOHNSON, S. (2004). “Orthographe, légitimation et construction des "publics": débats idéologiques et linguistiques autour de la récente réforme de l’orthographe allemande ». In *VALS-ASLA*, 83-2 (33-52).

MAINGUENEAU, D. (2005). “L’analyse du discours et ses frontières”. In *Marges Linguistiques*, 9 (64-75).

MANGENOT, F. (2005). "Communication écrite par forum Internet : un nouveau genre d’écrit universitaire ?". *Enjeux*, 54 (166-178)

MARCOCCIA, M. (2003a). « Parler politique dans un forum de discussion ». In *Language et société*, 104 (9-55).

MARCOCCIA, M. (2003b). "La communication médiatisée par ordinateur: problèmes de genres et de typologie". In *Journée d’études: les genres de l’oral*, Université Lumière- Lyon 2, 18 de Abril de 2003. Disponível em [http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/journées\\_genre.htm](http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/journées_genre.htm) (acedido em 2 de Fevereiro de 2005).

MARCOCCIA, M. (2001). « L’internet comme dispositif de “parole citoyenne”. L’exemple du débat sur le projet de loi RESEDA dans le forum de discussion du journal *Libération* (septembre-novembre 1997) ». In D. Desmarchelier & M. Doury (eds.), *L’argumentation dans l’espace public contemporain: le cas du débat sur l’immigration - Rapport final du programme de recherche (ARASSH), 1998-2000, GRIC/ANACOLUT* (215-285).

MARTINS, I. (2003). *Literacia científica e contributos do ensino formal para a compreensão pública da ciência. Lição apresentada para Provas de Agregação em Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro (documento dactilografado).

MELO, S. (2006). *Emergência e Negociação de Imagens das línguas em Encontros Interculturais Plurilingues em chat*. Tese de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro (não publicada). Disponível em [www.galanet.eu](http://www.galanet.eu).

MONDADA, L. (2005). *Chercheurs en interaction – Comment émergent les savoirs*. Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.

PINTO, S. (2005). *Imagens das línguas estrangeiras de alunos universitários portugueses*. Tese de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro (não publicada).

RICENTO, T. (2006). “Theoretical Perspectives in Language Policy: an Overview”. In T. Ricento (ed.), *An Introduction to Language Policy. Theory and Method*. Oxford: Blackwell Publishing (3-9).

SIMÕES, A. R. (2006). *A cultura linguística em contexto escolar: um estudo no final da escolaridade obrigatória*. Tese de doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro (não publicada).